



José Gabriel Ávila\*  
jgazores@gmail.com

# A propósito de uma “visita oficial”

O atual Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, entendeu efetuar esta semana mais uma “visita oficial”, assim noticiada pelo sítio do Parlamento Açoriano.

Sem pretender questionar as boas intenções do deputado faialense Luís Garcia, eleito para as funções de Presidente da Assembleia e o seu “objetivo estratégico” de promover “uma política de proximidade” com os eleitores, procurei saber se tais motivações nas deslocações ao Corvo, à Terceira e, agora, a São Miguel, onde ouviu dirigentes de organismos autárquicos, empresariais, do Hospital de Ponta Delgada, da Universidade, da RTP-Açores, se enquadravam nas suas competências estatutárias e regimentais. E porquê estas entidades e não outras que enfrentam tantos problemas resultantes do aumento da pobreza e das desigualdades sociais? (A solução não passa apenas pelo valor das empresas, como comentou Luís Garcia, mas sobretudo pelas pessoas e pela valorização da justiça social).

Independentemente de poder livremente emitir opinião sobre as matérias que entender, como cidadão livre e deputado eleito, tenho mais dificuldade em aceitar que o faça como representante da Assembleia<sup>1</sup> – primeiro órgão autónomo. Isso seria substituir-se à capacidade legislativa e à diversidade de opiniões dos oito partidos ali representados, expressas em sessões plenárias e comissões parlamentares.

É verdade que o Presidente “tem precedência sobre todas as autoridades regionais”<sup>2</sup>, e que em determinadas circunstâncias substitui o Representante da República e o Presidente do Governo. Todavia, as suas competências, segundo o Regimento, resumem-se à responsabilidade pelo bom funcionamento da instituição parlamentar no seu todo, à Presidência das reuniões plenárias, da Comissão Permanente e Conferência de Líderes, ao funcionamento das comissões parlamentares e a todas as operações decorrentes da legislação aprovada.

Não lhe incumbe, na qualidade de Presidente, qualquer função fiscalizadora e de vigilância, mas à Assembleia Legislativa no seu todo, perante a qual, “o Governo Regional é politicamente responsável”<sup>3</sup>.

Como eleitor e observador, interrogo-me sobre que razões estarão na base deste “protagonismo” presidencial a que outros detentores do cargo, cuidadosamente, resistiram.

Num grupo parlamentar, em que Luís Garcia também se inclui, o deputado é “representante de toda a Região”<sup>4</sup> e pode reunir, durante a legislatura, em todas as ilhas, estabelecendo um contato direto com as populações e eleitores, ou, como fazem os deputados das comissões parlamentares, por via digital.

Então para quê as “visitas oficiais” do Presidente da ALRA?

Não é, certamente, desta forma que se vai tornar o Parlamento mais próximo do eleitorado açoriano. O problema não é a falta de proximidade, mas a má imagem resultante da função de alguns deputados.

Enquanto os eleitos pelas oito forças políticas se digladiarem em contendas comezinhas, paroquiais, inócuas e não responderem satisfatoriamente aos mais urgentes problemas das pessoas, de nada servem as “visitas oficiais” ou as “jornadas parlamentares”.

A atual legislatura enferma do defeito de novos detentores do poder pretenderem colocar-se em bicos de pés para ganhar mais visibilidade e protagonismo. Esta prática tem desconjuntado a coligação, diminui a figura pública do Chefe do Executivo e dilui pelos líderes da denominada “caranguejola” o poder que se pretende forte, determinado e atuante, não num discurso acusatório e barroco, mas no envolvimento das populações para o destino comum.

A ação política e governativa tem de ultrapassar rapidamente este imbróglio de um poder descomandado.

O eleitorado açoriano exige menos espetáculo, menos protagonistas e um Governo coeso e realizador de mudanças para um “desenvolvimento harmónico”.

Mais do que o aumento de apoios aos utentes das Misericórdias e aos estudantes deslocados, de que se usa e abusa para propagandear



a ação governativa, há que vir a terreiro com propostas e soluções novas para enfrentar o pós-pandemia, envolvendo os cidadãos na busca de melhores soluções para o futuro.

Urge saber o que pensa o governo mudar para melhorar a prestação de cuidados de saúde, sabendo-se que as ilhas “periféricas” não poderão continuar sujeitas a deficientes serviços seja por falta de pessoal qualificado, seja pela inexistência de equipamentos essenciais. O enfermeiro de família não exercerá a sua função convenientemente se não tiver, na retaguarda, centros de saúde minimamente dotados e eficazes.

Em resultado da pandemia e da eventualidade do ensino à distância, temos de saber que nova escola e que programas novos serão lecionados, não bastando a redução do número de alunos por turma, nem a melhoria das instalações e equipamentos.

A sociedade de amanhã valorizará as pessoas mais preparadas para uma nova economia virada para a proteção do ambiente, para a transição digital e para uma sociedade inclusiva, tendo a pessoa no centro do processo económico.

Se estas e outras questões não entrarem na agenda do Parlamento e não preocuparem os deputados, podem eles andar de porta em porta, de ilha em ilha, de jornal em jornal, em rádios e na televisão, que poucos reconhecerão o seu papel funcional na mudança social.

Mais importante do que visitar, urge ouvir, compreender, dialogar. Só assim os deputados e os políticos serão aceites como nossos representantes no poder democrático/autónomo.

\*jornalista c.p. 239 A  
<http://escritemdia.blogspot.com>

<sup>1</sup>Artº 17,nº1 do Regimento da ALRA

<sup>2</sup>Artº 17, nº4 do Regimento

<sup>3</sup>Artº 82 do Estatuto Político Administrativo (EPA) da RAA

<sup>4</sup>Artº 29 do EPA